TEXTOS PUBLICADOS EM 1996

109 - *Democratização e Controle na Saúde: Análise do Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.*
de Roseni Pinheiro e Mario Roberto Dal Poz

110 - *Por Um Contraponto Teórico-metodológico entre o Planejamento Estratégico-situacional (PES) e o Controle de Qualidade Total (T.Q.C.) na Saúde Pública.*
de Francisco Javier Uribe Rivera

111 - *A Prescrição Médica.*
de Vera Lúcia Edais Pepe e Cláudia Maria Travassos Veras

112 - *Espelho Espanhol de FHC.*
de José Luís Fiori

113 - *Por Que Governabilidade? Qual Governabilidade?*
de José Luís Fiori

114 - *Arquivo Rockefeller: Banco de Dados.*
de Luiz Antonio de Castro Santos e Lina Rodrigues de Faria

115 - *O Federalismo Frente ao Desafio da Globalização.*
de José Luís Fiori

116 - *Social Liberalismo: A Bússola Quebrada de Fernando Henrique Cardoso.*
de José Luís Fiori

117 - *Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises.*
de José Luís Fiori

118 - *Modelos de Intervenção do Estado na Área da Saúde.*
de Ana Luiza Vianna

119 - *O Modelo de Assistência Médica de Pedro Ernesto (1932): Algumas Considerações.*
de André de Faria Pereira Neto

120 - *A Governabilidade Democrática na Nova Ordem Econômica.*
de José Luís Fiori

121 - *Perfil de Morbidade em um Ambulatório Médico Bancário no Ano de 1994.*
de Tula Maria Silva Moreira

122 - *A História da Profissão Médica: Algumas Considerações.*
de André de Faria Pereira Neto

123 - *Dependência Tecnológica: Uma Proposta de Interpretação.*
de Cid Manso de Mello Vianna

124 - *A Dinâmica dos Conselhos Municipais de Saúde no Estado do Rio de Janeiro: Três Estudos de Casos, Angra dos Reis, Resende e Bom Jesus do Itabapoana.*
de Roseni Pinheiro

125 - *Conceito Objetivo, Denominação Extrínseca e Entia Rationis em Francisco Suarez (1548-1617).*
de André Rangel Rios

126 - *A Pesquisa no Brasil: Organização (parte I) .*
de Reinaldo Guimarães (et al)

127 - *A Pesquisa no Brasil: Desempenho (parte I I).*
de Reinaldo Guimarães (et al)

128 - *Tulipas, Moedas e Reformas; Que Horas São?*
de José Luís Fiori

129 - *Terapêutica e Mito.*
de Jane Dutra Sayd

130 - *Indústria Farmacêutica: Uma Análise da Estrutura e Evolução Industrial.*
de Cid Manso de Mello Vianna

131 - *Figurações Freudianas do Feminino.*
de Silvia Alexim Nunes

132 - *O Brasil e a Índia no Cenário Político Internacional dos Próximos Anos.*
de José Luís Fiori

133 - *A Indústria de Equipamentos Médicos: Uma Análise da Evolução e Estrutura de Mercado .*
de Cid Manso de Mello Vianna

ISSN 1413-7909

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

Série: Estudos em Saúde Coletiva nº 137

AOS CONDENADOS DA TERRA, O EQUILÍBRIO FISCAL
NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

José Luís Fiori

Outubro 1996

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor
Antonio Celso Alves Pereira

Vice-Reitora
Nilcéa Freire

Diretor do Instituto de Medicina Social
Ricardo Antonio Wanderley Tavares

Vice-Diretor do Instituto de Medicina Social
Mário Roberto Dal Poz

Série: ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA **ISSN 1413-7909**
É uma publicação de textos para discussão do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de exclusiva responsabilidade dos autores.

Editor
George E. M. Kornis

Produtora Executiva
Sônia Faerstein

Assistente Editorial
Victor Manoel Moreira Gonzalez

Copidesque e Revisão
Ana Silvia Gesteira

Conselho Editorial
Cid Manso de Mello Vianna / Depto. de Planejamento e Administração em Saúde
Luiz Antônio de Castro Santos / Depto. de Políticas e Instituições de Saúde
Rosely Sichieri / Depto. de Epidemiologia

Envio de Artigos, Vendas e Permutas
Série: ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA
Instituto de Medicina Social - UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524 - 7° andar - bl. D
Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.559-900
Tel.: (021) 587-7303 / 587-7572 / 284-8249
Fax.: (021) 264-1142
E-Mail: serieims@vmesa.uerj.br

Impressão e Acabamento
Gráfica da UERJ

ISSN 1413-7909

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

SÉRIE: ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

AOS CONDENADOS DA TERRA, O EQUILÍBRIO FISCAL

NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

JOSÉ LUÍS FIORI
Outubro/1996

Nº 137

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/SISBI/SERPROT

S485 Fiori, José Luís.
Aos condenados da terra, o equilíbrio fiscal. Neoliberalismo e políticas públicas / José Luís Fiori. - Rio de Janeiro : UERJ, IMS, 1996.
30 p. - (Série estudos em saúde coletiva ; n. 137)

ISSN 1413-7909

1. Política econômica - Séc. XX. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. II. Título. III. Título : Neoliberalismo e políticas públicas. III. Série.

CDU 616-058

AOS CONDENADOS DA TERRA, O EQUILÍBRIO FISCAL

NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

José Luís Fiori *

***Resumo** - Estes dois pequenos trabalhos tratam de um mesmo problema: o da restrição progressiva que vêm sofrendo as políticas públicas — em especial as de natureza social — como conseqüência do avanço das políticas e reformas liberais. Tentam mostrar porque, apesar das reiteradas declarações das autoridades, a favor de um gasto público socialmente orientado, o que se assiste na realidade é o aumento continuado do próprio gasto com os compromissos financeiros dos governos comprometidos com as atuais políticas de estabilização na América Latina, e com o cumprimento do* desideratum *deflacionista, no contexto europeu.*

* Cientista Político, Livre-Docente pela UFRJ e Professor Titular do Instituto de Economia Industrial da UFRJ e do Instituto de Medicina Social da UERJ. Publicou em 1995 os livros "Em Busca do Dissenso Perdido", pela Insight Editorial e o "Vôo da Coruja", pela Eduerj.

AOS CONDENADOS DA TERRA, O EQUILÍBRIO FISCAL

"Les chômeurs, les sans-abri, les précarisés, les exclus sont léxpression dramatique des sacrifices réclamés..par la choix purement idéologique fondés sur la rigueur budgétaire, la competitivité, la productivité, etc. De cela les gens ne veulent plus. Ils n'ácceptent pas qu'on appelle "réforme" ce qui n'ést, au sens propre, qu'une contre-réforme, un retour à l'ordre ancien." Le Monde, janeiro 1996

1 Poucas horas antes de morrer num desastre aéreo quando se dirigia à Croácia para — uma vez mais — "agilizar" o funcionamento da mão invisível do mercado, o ex-secretário do comércio norte-americano Ron Brown comandou em Lille, na França, mais uma vitória das teses econômicas conservadoras reafirmadas nas conclusões da segunda reunião do G7 convocada para discutir o problema mundial do desemprego. Frente aos números apresentados pela OIT — cerca de 40 milhões de desempregados só nos países da OECD e algo em torno de 750 milhões de "excluídos" — de todo tipo — existentes hoje no mundo — os governos das sete maiores potências econômicas do mundo reafirmaram em uníssono com Brown que a única solução possível passa pela busca incansável de um "equilíbrio fiscal mundial".

Isto apesar de que, depois de quase vinte anos de hegemonia da *supply-side economics*, a diminuição universal das cargas fiscais nacionais não tenha sido capaz de reincentivar o investimento e o crescimento econômico, enquanto, por outro lado, o gasto público como porcentagem do PIB cresceu em todo o mundo desenvolvido, apesar da significativa queda dos gastos sociais que foram, entretanto, substituídos pelo aumento exponencial dos gastos financeiros.

2 A história é bastante conhecida. Já faz um quarto de século que, com a falência de Bretton Woods, encerrou-se a "era de ouro" do desenvolvimento capitalista. Logo depois, a vitória neoclássica no campo econômico e dos neoconservadores no campo político consagrou a tese de que a crise mundial vivida a partir de 1973 foi obra das políticas *keynesianas* e dos compromissos fiscais assumidos pelo *welfare state*. Desde então esta idéia se transformou em senso-comum e em ponto de convergência das políticas econômicas do mundo capitalista. Com a derrota comunista e o fim da Guerra Fria ela foi ainda mais longe e se transformou no dogma que vem orientando — *urbi et orbi* — uma verdadeira "revanche do Capital contra a autonomia política do mundo do trabalho". A partir daí as idéias de eficiência, competitividade e equilíbrios macroeconômicos substituíram o consenso *keynesiano* em torno ao crescimento e ao pleno emprego e passaram a ser os novos *totens* do pensamento político-econômico internacional. E isto porque, com o desaparecimento do muro de contenção socialista, foram varridos os últimos temores e o neo-conservadorismo se impôs como verdade incontestável, não sendo incomum ouvir os próprios social-democratas repetirem que a solução da crise contemporânea passa pela desregulação do mercado de trabalho, pela redução dos salários e dos direitos trabalhistas e pela desconstrução do estado de bem-estar social.

3 Tudo isto segue sendo repetido e defendido pelos governos centrais já iniciada a segunda metade dos anos noventa, quando em plena recessão mundial e depois de longos anos de aplicação meticulosa e universal das políticas deflacionistas, os próprios analistas norte-americanos já explicitem com todo vigor a sua perplexidade frente ao fato de que "como ocorre diariamente, as reestruturações empresariais e as demissões dos trabalhadores sejam celebradas por Wall Street como sinais de bons tempos pela frente. Um fenômeno — aparentemente surpreendente do ponto de vista *fordista* ou *keynesiano* — mas que já tem até nome nos Estados Unidos: "**economia desconexa**". E desconexa porque fica cada vez mais claro que hoje existe um abismo entre o que está acontecendo em Wall Street e o que ocorre na realidade econômica dos cidadãos comuns dos Estados Unidos. A economia americana cresce, os lucros das empresas se multiplicam, e os trabalhadores, que antigamente eram parte integral do sucesso, ficam cada vez mais inseguros..." (Jeremy Rifkin, JB, 21/01/1996, Negócios, p. 3). As demissões da Boeing em 1989, por exemplo, elevaram em 190% o valor dos papéis da empresa. E o recente anúncio da AT&T de que demitiria 40 mil empregados produziu verdadeira euforia entre os investidores da Bolsas de Valores. Enquanto isto, no "outro lado do balcão", já agora, depois de uma década, vêm aumentando as resistências do trabalhadores sindicalizados às novas tentativas para ampliar ainda mais a "flexibilidade dos mercados de trabalho" e para "reduzir os custos dos sistemas de proteção social" em nome do aumento da competitividade e da rentabilidade do capital. Na Europa, em particular, onde estas políticas aparecem chanceladas pelo *desideratum* de Maastrich, é cada vez maior o número dos que questionam o interesse deste tipo de unificação monetária: "*les citoyens s'interrogent sur l'intérêt de bâtir l'Europe sur les ruines de l'État Providence, sur la régression sociale, l'emploi rare, la baisse de salaires et se demandent où est le progrès dans tout cela*" (Le Monde Diplomatique, jan 1996, p.1).

4 O que existiria em comum entre estes vários acontecimentos? Eisuke Sakakibara, do Ministério de Finanças do Japão, responde: "*the globalization with economies of scale leads to oligopolization of the world market, and more important, the interests of multinational corporations and those of workers and consumers start to diverge...*" (Foreign Affairs, out 1995, p. 11). Entenda-se: o que vem se assistindo em Wall Street, como o que se viu recentemente em Paris, seriam manifestações diferentes de um mesmo fenômeno. Nos dois casos, ainda que de pontos de vistas opostos, os capitalistas e os trabalhadores estariam festejando e contestando a mesma coisa: o resultado das reestruturações empresariais induzidas pelas políticas deflacionistas em curso desde o início dos anos oitenta, nos Estados Unidos e na Europa, praticadas em conjunto com a progressiva desregulação dos mercados. Combinação que produziu até agora, como efeito simultâneo e contraditório, uma prolongada desaceleração do crescimento econômico mundial, o aumento do desemprego, a queda absoluta do nível de renda dos trabalhadores e um salto gigantesco da acumulação financeira. As evidências são tantas que até os economistas começam a reconhecer que a "era *fordista*" foi uma exceção, mais do que a regra de um sistema econômico cuja identidade contraditória e excludente está ficando cada vez mais parecida com a do seu retrato feito no século XIX pela "crítica da economia política" de Marx. Talvez por isso também esteja ficando cada vez mais visível a verdadeira natureza da "crise do *Welfare State*", acusado pelos liberal-conservadores e por uma boa parte dos social-democratas de ser o principal responsável pela crise e desaceleração da economia mundial, que se mantém com altos e baixas há quase vinte anos. Para eles, hoje "a recessão mundial é fruto da queda da lucratividade e da competitividade decorrente do aumento dos encargos fiscais e dos direitos sociais consagrados pelo estado de bem estar." Versão que atualiza a tese conservadora dos anos sessenta sobre ingovernabilidade capitalista produzida pelo "excesso de demandas políticas" e de "direitos sociais" conquistados pelos sindicatos e consagrados pelas políticas *keynesianas* ou social-democratas. Só que na sua versão

contemporânea são os próprios trabalhadores que aparecem, em última instância, como responsáveis pelo seu desemprego: nos termos de um sofisma cada vez mais repetido até entre nós, bastaria que eles abrissem mão de seus direitos adquiridos para que o número de postos de trabalho voltasse a crescer.

5 Para os neoconservadores, portanto, a posição aprovada em Lille pelos governos centrais e a reação dos investidores americanos são consistentes e marcham na direção correta. A diminuição do "custo nacional" das economias exige a libertação do Capital e dos seus mercados de todas as amarras e regulações, até que se alcance o ponto ótimo requerido pela competitividade global, quando as cargas fiscais nacionais atendessem apenas às necessidades mais elementares da ordem pública, e quando os salários e os direitos trabalhistas alcançassem os níveis mais baixos existentes entre os países do mundo no momento da aferição. Por isso se pode dizer com toda razão que para eles "*ce qui était en cause ce n'étaitent pas seulement des régimes de retraite ou une 'réforme' de la Securité Sociale, c'était bien un type de societé soumis aux seuls imperatifs de la rentabilité du capital*" (Le Monde Diplomatique, jan 1996, p. 8). Mas se o argumento e a agenda conservadora são absolutamente claros, nesta hora de "vingança do Capital contra a autonomia política do mundo do trabalho" como se pode explicar a confusão dos social-democratas frente à sua própria obra? Ela começa, aparentemente, com uma derrota político-intelectual que já se deu nos anos setenta. A *new left* foi desde o início reticente com relação ao *welfare state*, fosse por causa do seu excesso de burocracia e centralização, de sua gestão pouco participativa ou mesmo de seus resultados pouco igualitários. Variavam os argumentos de tipo "teórico", mas quase todos os seus críticos acabavam recorrendo ao argumento do "esgotamento fiscal" para explicar a "crise de racionalidade ou de legitimidade" vivida pelo estado de bem-estar social. De maneira que, por caminhos transversos, também a crítica de esquerda acabava, quase

invariavelmente, chegando às mesmas conclusões e propostas dos liberal-conservadores. E como conseqüência natural, eles também passaram a repetir a lição segundo a qual o caminho da retomada do crescimento econômico exigiria um aumento da lucratividade do capital incompatível com os níveis salariais e com a carga fiscal requerida pelos sistemas de proteção social obtidos pelos trabalhadores dos países desenvolvidos. Os mesmos argumentos que depois reapareceram já de forma caricatural, nas sociedades periféricas onde os salários e as contribuições sociais têm uma participação pouco expressiva na formação dos preços e onde jamais existiram redes de proteção social equiparáveis às do *welfare state* europeu.

Foi por este caminho, aliás, que a social-democracia européia acabou se transformando numa verdadeira **ideologia desconexa,** na medida em que, sobretudo na Europa, passou a desautorizar a sua principal obra histórica em troca de uma "moeda única" que na prática tem se mostrado cada vez mais incompatível com os interesses dos trabalhadores. E o que é pior, como forma de legitimar esta sua estranha conversão às teses de seus adversários históricos, os social-democratas foram obrigados a uma ginástica intelectual e publicitária que os levou a inscrever na sua bandeira 'reformista' as mudanças agora propostas pelos liberal-conservadores. Posição que vem colocando, já há algum tempo, a social-democracia européia numa disjuntiva política extremamente difícil e desafiadora, pois afinal o *welfare state* foi sua principal contribuição à história ao século XX, e sua destruição poderá significar o seu próprio desaparecimento. Mas só uma revisão radical do seu diagnóstico da crise do *welfare* poderá recolocá-los como uma alternativa real ao liberal-conservadorismo dominante dentro do quadro político europeu ou mundial.

6 Em primeiro lugar, porque hoje, vinte anos depois de deflagrada aquela discussão política e intelectual, é possível ver com muito mais nitidez que as "crises fiscais dos estados" têm muito pouco ou quase nada a ver com "o excesso de demandas dos trabalhadores" e tudo a ver com acontecimentos e decisões que a partir de 1973 alteraram radicalmente a face do capitalismo, solapando as bases tributárias do *keynesianismo*, multiplicando as dívidas públicas e submetendo as margens de liberdade das políticas econômicas e sociais ao veredicto dos mercados financeiros. Primeiro foi a ruptura da paridade das moedas nacionais com o dólar, que decretou o fim dos acordos de Bretton Woods, jogando a economia européia num surpreendente processo de estagflação que a obrigou a um ajustamento nos planos da macro e microeconomia responsáveis pela expansão simultânea do desemprego e da carga social do gasto público. Depois, em 1979, foi a subida das taxas de juros mundiais iniciada por decisão unilateral da autoridade monetária norte-americana, responsável por uma nova e profunda recessão das economias européias. Taxas que mesmo quando reduzidas logo à frente, permaneceram altas durante toda a década de oitenta exponenciando as dívidas públicas e submetendo governos e bancos centrais à senhoriagem e/ou chantagem dos seus credores privados e novos emissores endógenos de moeda. Fenômeno que no caso europeu se combinou — de forma perversa para as políticas sociais — com a criação, também em 1979, do seu sistema monetário unificado em torno à hegemonia do marco alemão e com a adoção, desde então e de forma cada vez mais generalizada, das chamadas políticas deflacionistas. E, finalmente, em 1992, os europeus, ao assinarem o Tratado de Maastrich estabelecerem condições macroeconômicas para a criação de sua moeda única tão rígidas que tiraram dos governos nacionais qualquer margem de manobra e, na ausência do risco comunista, impuseram o ônus de sua implementação quase integralmente aos trabalhadores. Desde então ficou

cada vez mais clara a incompatibilidade absoluta crescente entre a utopia da moeda única e a utopia de uma Europa social. Além do que, durante toda a década de 80, pela porta aberta da desregulação, avançou em velocidade vertiginosa o fenômeno da globalização financeira, que acabou colocando os Bancos Centrais na condição de reféns dos mercados e dos agentes privados e "desterritorializados". De forma tão dura e explícita que George Soros pôde declarar recentemente que "os mercados votam todos os dias. Eles forçam os governos a adotar medidas impopulares mas indispensáveis. Hoje são os mercados que têm o verdadeiro sentido do Estado". Realidade plenamente reconhecida e confirmada pela declaração do Ministro de Educação francês, quando declarou aos estudantes em greve, durante o mês de dezembro de 95, que "mais professores e verbas só podem abalar a credibilidade das contas públicas e a saúde do franco, o que significa abalar a própria economia francesa". De tal maneira que hoje só os mais enviesados pelas paixões ou pelos interesses não percebem que "o chamado desmonte do Estado, a liberalização em nome da competitividade, a flexibilização do mercado de trabalho, a redução dos gastos sociais corresponderam, nestes vinte anos, a um aprisionamento do estados numa ciranda financeira planetária" (G. Schwartz, FSP, 10/12/95).

7 Em segundo lugar, os social-democratas estão obrigados hoje a repensar de forma crítica as razões de porque, depois de quase duas décadas, os resultados das políticas deflacionistas sancionadas pelos mercados financeiros globalizados seguem apresentando resultados tão medíocres. Pois se é verdade que a inflação tem estado sob controle, o desemprego disparou, os déficits e as dívidas públicas se mantêm e ultrapassam em todos os países, menos no Castelo de Luxemburgo, os níveis exigidos pelos acordos de Maastrich. Quase uma geração já passou, o crescimento não foi retomado, os trabalhadores já abriram mão de muitos de

seus direitos e o desemprego segue aumentando, as moedas mantêm-se artificialmente altas e o empresariado segue aos governos e aos trabalhadores a sua falta de competitividade. Não por acaso são cada vez mais numerosos os estudos que hoje pretendem rediscutir os fundamentos em que se sustentam as políticas deflacionistas e começam a propor uma alternativa diametralmente oposta à do *mainstream* liberal-conservador. Para eles, nem a diminuição da carga fiscal leva necessariamente ao aumento da poupança e do investimento, nem o desemprego que aí está é de natureza predominantemente tecnológica. Jeff Madrich, em recente artigo no **New York Review of Books**, defende a tese de que se a economia americana tivesse crescido desde 1973 às suas taxas históricas, *"the federal budget deficit, not only would it have disappeared entirely and by the early 1990s the US would have run a substantial budget surplus...Interest expenses would thus have fallen sharply. The resulting budget surplus would have paid for health insurance for the 37 million people who have none."* (NYRB, set. 1995, p. 13). E apontam na mesma direção as conclusões do mais recente informe anual da UNCTAD, para quem as verdadeiras causas do desemprego e das crises fiscais dos estados não seriam os trabalhadores nem seus sistemas de proteção social, mas sim *"the growth phobia of our governments. They have developed an irrational fear of growth. Central banks are afraid of stimulating demand and investment because it might create inflation. And they fear inflation because, at bottom, what they are really terrified of is the global bond markets nurtured by — you guessed it — all that free market ideology. Today no nation can expand demand in its economy for long without suffering an attack on its currency in the financial markets, putting enormous upward pressure on interest rates and a big crimp in growth"* (Newsweek, set 1995, p. 38). Uma "fobia ao crescimento" que, no sentido inverso ao do *mainstream*, seria a principal causa do desemprego, das crises fiscais e dos lucros financeiros astronômicos próprios da "economia desconexa" que ganha terreno em todo mundo por obra das políticas

deflacionistas sancionadas pelos mercados financeiros, os *nouveaux maitres du monde*.

8 Como conseqüência, em terceiro lugar, os social-democratas deveriam assumir plenamente que se estas políticas não forem alteradas, o que se deve assistir nos próximos anos é a multiplicação sem limites dos desempregados, dos excluídos, dos 'condenados da terra', sem que jamais se alcance equilíbrio fiscal algum. E, portanto, o que os conservadores chamam de "custo social" da reestruturação ou ajuste das economias nacionais às condições de competitividade global, não seriam apenas efeitos transitórios, seriam permanentes e crescentes e resultariam da armadilha circular imposta pelas políticas deflacionistas quando propõem, simultaneamente, a estabilidade e paridade das moedas, a manutenção do equilíbrio fiscal e o aumento da competitividade. E não parece difícil perceber que na medida em que aqueles dois primeiros objetivos levam a um crescimento econômico medíocre, a responsabilidade pelos equilíbrios macroeconômicos se transfere de maneira crônica e impotente, para o campo do corte dos gastos fiscais que já estão a esta altura no seu limite pressionados pelos altos juros que a dívida pública enfrentou durante estes últimos quinze anos. E isto na hora em que os novos ganhos de competitividade vão sendo conquistados, também, através da desoneração fiscal e do aumento do desemprego, o que coloca o terceiro objetivo em choque com os dois primeiros ao reforçar simultaneamente uma diminuição da carga fiscal e um aumento do número de seus dependentes, numa circularidade acumulativa e sem fim. Fenômeno que tem ocorrido de forma paradigmática na Europa, mas que transcende a realidade européia projetando-se sobre o mundo como a principal ameaça ao avanço de uma verdadeira 'democracia substantiva'.

9 Por tudo isto talvez o que mais esteja faltando aos social-democratas é a coragem de retomar os seus compromissos originários e assumir plenamente que com todas as suas falhas o *welfare state* segue sendo a mais ambiciosa e bem sucedida construção republicana de solidariedade e proteção social. E nesta direção, se não quiserem se distanciar definitivamente dos "condenados da terra", apoiando políticas rigorosamente anacrônicas e reacionárias, talvez devessem se concentrar na busca de alternativas políticas viáveis e progressistas dentro deste novo mundo mais globalizado, partindo, pelo menos, da análise do que poderia ser o conteúdo propositivo concreto daquilo a que James Galbraith chamou recentemente de "*neo-keynesianismo* global".

NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS*

O tema desta conferência, "Neoliberalismo e Políticas Públicas", é excessivamente extenso e complexo para que possa ser esgotado nos 50 minutos de que disponho para falar. Por isto resolvi adotar nesta exposição uma estratégia que me permitisse transmitir de forma telegráfica alguns tópicos que me parecem mais importantes ou pelo menos mais relevantes para um público ligado diretamente à gestão de políticas públicas. Serão quatro estes tópicos que pretendo desenvolver. O primeiro, relativo às relações de continuidade e diferença entre este novo e o velho liberalismo dos século XVIII e IX. O segundo, relativo à forma como o neoliberalismo alcançou, de maneira tão rápida, uma dimensão tão universal e hegemônica? Já o terceiro tópico será um breve balanço dos impactos ou conseqüências das políticas públicas de orientação neoliberal nos países centrais; onde se deu originariamente a vitória das idéias e políticas neoliberalismo? E um quarto e último tópico, relativo aos primeiros impactos das políticas públicas de caráter neoliberal na América Latina e no Brasil, muito em particular.

---

* Conferência feita na abertura do Seminário sobre "Controle Social e a Política Social: Tendências e Perspectivas", realizado em Recife, em novembro de 1995.

1 Qual a originalidade do novo liberalismo deste fim de século XX, com relação ao velho liberalismo nascido e formulado primeiramente no século XVIII e depois reformulado em várias claves durante o século XIX? E, sobretudo, quais as relações que existem entre os dois, do ponto de vista do tema que nos interessa aqui, isto é, o papel do Estado e as políticas públicas? Minha resposta a esta pergunta é que, do ponto de vista rigorosamente essencial, não há nenhuma diferença entre o velho e o novo liberalismo. Antes, como agora, a tese central dos liberais segue sendo a mesma. De Adam Smith a qualquer dos contemporâneos, a idéia motora, a força utópica do liberalismo — pode tratar-se de uma utopia pouco generosa, mas é uma utopia —, as suas teses e propostas centrais seguem sendo as mesmas. Quais são elas? Em primeiro lugar e antes de tudo: "o menos de Estado e de política possível". Isto é, desde os pais pioneiros do liberalismo, a proposta foi, e segue sendo, a busca da despolitização total dos mercados e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados. Estas idéias foram anunciadas de maneira concisa e absolutamente transparente por Adam Smith, antes que o século XVIII terminasse. Não têm nada de novo, portanto. Em segundo lugar, antes como agora, segue sendo feita pelos neoliberais a mesma defesa intransigente do individualismo. Em terceiro lugar, antes como agora, o tema da igualdade social apareceu no discurso dos liberais, assim como dos neoliberais, apenas enquanto igualação de oportunidades ou condições iniciais igualizadas para todos. O liberalismo, no século XVIII, como no século XIX e neste final do século XX, sempre foi radicalmente contrário à busca de um maior grau de igualdade entre os indivíduos e grupos sociais, pela via de uma intervenção pública orientada pelo princípio da universalidade ou da igualação dos resultados. O liberalismo sempre defendeu que as condições de partida deveriam ser iguais. Sendo que a partir daí as diferenças e as competências de cada um gerariam

inevitavelmente resultados distintos perfeitamente legítimos e necessários para a própria dinâmica da sociedade democrática e capitalista. É bem verdade que os velhos como os novos liberais nunca se preocuparam muito em discutir mais aprofundadamente a questão de como responder ao problema concreto de que nas sociedades reais, no ponto zero de suas reflexões, já existam imensas diferenças e desigualdades que nunca foram, ou serão, corrigidas de forma a igualar as condições de partida para todos. Isto tudo a despeito de que em Adam Smith, assim como nas mais modernas formulações e documentos neoliberais produzidos hoje por organismos internacionais ou multilaterais, apareça sempre a defesa da necessidade da intervenção pública naquelas áreas de interesse coletivo que não sejam rentáveis para os capitais privados ou mesmo onde se manifestem situações de extraordinária carência social. Neste sentido, portanto, a simples defesa de politicas sociais compensatórias não chega a caracterizar a inexistência de posição neoliberal. Não, não é algo que descaracterize uma posição como neoliberal, a defesa, por exemplo, em investimento de infra-estrutura, não. Adam Smith defendeu isso, Stuart Mills defendeu isso e o Banco Mundial, hoje apenas para tomar uma das catedrais do pensamento neoliberal, defende o mesmo.

Agora, se estas são permanências que se mantêm no plano mais essencial do debate filosófico e doutrinário do liberalismo, isto não nega que existam algumas diferenças fundamentais que peculiarizam o liberalismo deste final de século. Eu sublinharia as seguintes dentre estas diferenças :

I. em primeiro lugar, o fato de que o individualismo liberal se apresente hoje com a pretensão explícita de se formalizar enquanto "individualismo metodológico", uma pretensão de cientificidade que não tinha antes e que se manifesta na sua tentativa enquanto corpo teórico, de alcançar um nível cada vez mais alto de sofisticação do ponto de vista formal e matemático,

ainda quando a sua sofisticação matemática esteja extremamente distante do mundo real. Nesta direção devem ser compreendidas as "teorias dos jogos", das "expectativas racionais", da "escolha pública", que hoje são moeda corrente no campo da teoria econômica e da ciência política. Neste sentido aliás, a teoria econômica neoclássica vem exercendo hoje uma influência imperial sobre todas as demais ciências sociais, teóricas ou aplicadas. Os senhores devem encontrar e reencontrar mesmo na ponta da discussão das políticas de saúde conceitos de eficiência, de equilíbrio, de convergência, que são absolutamente subsidiários de uma discussão da teoria econômica que até hoje não está concluída, mas que assim mesmo já é amplamente exportada para outros campos do saber teórico ou aplicado. Estas teorias, de que estamos falando, têm-se transformado, ou se apresentam como se elas fossem o suporte que dá cientificidade, uma pseudocientificidade, às recomendações ou políticas de corte neoliberal amplamente aplicadas e recomendadas a partir da vitória politica liberal-conservadora ocorridas no eixo anglo-saxão na virada dos 70 para os 80 e que depois se estenderam ou foram impostas nos anos 80 e 90 a quase todo o mundo;

II. uma segunda grande diferença, eu diria que está no fato de que estas mesmas idéias e políticas se combinaram de forma indiscutivelmente virtuosa ou de mútua alimentação, no período que vai de 70, 80 até 90, com as transformações econômicas e políticas materiais que o capitalismo vem vivendo desde a sua crise de 1973. De modo tal que muitas vezes foi a força das idéias, da ideologia e da teoria, orientando as políticas, que abriu os caminhos para o avanço da desregulação generalizada dos mercados através do mundo. Em outros momentos, este casamento virtuoso se deu na forma de que o avanço expansivo do capital foi criando e adubando o terreno para a chegada das idéias neoliberais;

III. uma terceira diferença fundamental está no fato de que a derrota comunista e o avanço das idéias e políticas dos novos liberais para o Leste europeu e mesmo, já hoje mais recentemente, para os países da Ásia, tem dado ao pensamento neoliberal condições sem precedentes de que jamais o liberalismo gozou, de uma ideologia que consegue ser quase universalmente hegemônica. É isto aliás que Fukuyama festejou há um tempo atrás, num livro um tanto prematuro sobre o fim da História: a idéia de que o liberalismo havia ganho *urbi et orbi*. Apesar de que isto não seja completamente verdadeiro, é indiscutível que o liberalismo nunca teve, nunca alcançou tamanha difusão ou hegemonia no nível mundial, como neste final de milênio;

IV. mas há uma quarta diferença, que me parece fundamental, entre este novo neoliberalismo e o velho liberalismo. É que este novo neoliberalismo aparece como uma vitória ideológica que abre portas e legitima uma espécie de selvagem vingança do capital contra a política e contra os trabalhadores. Isto acontece porque essa vitória neoliberal se dá logo após uma época em que as políticas públicas e a luta dos trabalhadores conseguiram em conjunto construir uma das obras institucionais que eu reputaria das mais complexas e impressionantes que a humanidade conseguiu montar, e que foi o chamado *Welfare State*. E portanto, é contra esta obra, sobretudo, que hoje se insurge o fundamentalismo liberal. E é ao projeto de desconstrução desta obra igualitária que os neoliberais conseguiram transformar na grande bandeira das "reformas" das quais se fala indiferenciadamente em toda a América Latina, como se elas fossem o "abre-te sésamo" da felicidade ou de um "novo modelo de desenvolvimento". O que de fato deve ser considerado como uma vitória estrondosa do ponto de vista publicitário dos neoliberais, na medida em que se apossaram do "reformismo social-democrata", transformando-o numa

arma ou proposta de destruição ou desconstrução da principal obra dos próprios social-democratas.

2 Como explicar esta estrondosa vitória teórica e ideológica deste neoliberalismo que a partir das Academias acabou se transformando numa espécie de senso-comum repetido em todos os editoriais de jornal ao qual foram se submetendo mesmo intelectuais e políticos de esquerda ou progressistas? Aqui há que esclarecer, em primeiro lugar, que a ascensão do neoliberalismo não foi linear, nem se deu da mesma maneira em todos os lugares ou em todos os países. Mas, mesmo assim, creio ser possível dizer em linhas muito amplas e simplificadas que a ascensão do neoliberalismo obedeceu a umas 4 ou 5 etapas fundamentais, até chegar aos nossos tempos atuais. A primeira etapa, nas palavras do historiador inglês Perry Anderson, foi o "tempo da resistência ou da clandestinidade". Foi o período em que germinaram as idéias expostas no final da Segunda Guerra, pelo economista austríaco Friederich Hayek, no seu "Caminho da Servidão". Foi nesta obra que Hayek antecipou as idéias seminais da futura sublevação contra a intervenção igualitária do *Welfare State*. Porém, os longos anos de hegemonia e sucesso do pensamento *keynesiano* e social-democrata mantiveram as idéias ultraliberais de Hayek e de seus discípulos da escola austríaca e alguns seguidores norte-americanos numa espécie de resistência clandestina, que Perry Anderson chega a comparar com uma sobrevivência dentro de uma rede quase maçônica de relações entre estes poucos intelectuais. Mas também Perry Anderson reconhece que uma das virtudes destes pioneiros neoliberais foi a coragem com que eles resistiram durante uma década, duas décadas, três décadas de supremacia de um pensamento oposto ao deles, sem jamais haverem feito nem uma concessão, nem teórica, nem prática.

O segundo momento, ou segunda etapa deste avanço do neoliberalismo, eu diria que se dá a partir dos anos 60 e é quando aquelas idéias de Hayek e já

agora também de Milton Freedman e de tantos outros, começam a ganhar espaço acadêmico, sobretudo nas Universidades norte-americanas. É deste período, do anos 60/70, a produção daquelas teorias que já mencionei, da "escolha pública", das "expectativas nacionais", da teoria dos jogos aplicados à economia, como também é deste período, de 60/70, esta hegemonia dentro da Academia americana, eu diria que é hoje quase completa e avassaladora. É aí também onde se formou a geração de economistas que vieram a assumir posições de destaque no comando das políticas econômicas implementadas nos países da periferia capitalista a partir da década dos oitenta, aí incluindo-se os principais formuladores e gestores da safra de planos de estabilização implementados na América Latina na década de noventa.

Uma terceira etapa nesta evolução do neoliberalismo em direção à conquista do poder e desta hegemonia mundial que hoje ele ocupa, eu diria que foi o momento decisivo da passagem do campo da teoria para o campo da política. Quando é que isto aconteceu? Isto aconteceu com a chegada ao governo das forças liberal-conservadoras, na forma de um quase "efeito dominó", a partir da vitória eleitoral da Sra. Tatcher, em 1979, na Inglaterra, do Sr. Reagan, em 1980, nos Estados Unidos, e do Sr. Helmut Khol, em 1982, na Alemanha. Digamos que este foi o momento em que se dá a grande virada no plano político e os governos das principais economias do mundo passam a obedecer a um *desideratum* que, em grandes linhas, vinha do discurso acadêmico neoliberal. Neste momento, e no governo evidentemente, as teorias perderam muito da sua dimensão formalizada e acadêmica. Elas foram retraduzidas para o plano prático e se transformaram, primeiro, nas políticas públicas pioneiramente experimentadas pela Sra. Tatcher na Inglaterra, organizadas em torno do tripé básico da "desregulação", da "privatização" e da "abertura comercial". Mas, logo depois, estas mesmas idéias foram consagradas por várias organizações multilaterais que se transformaram, na prática, no núcleo

duro de formulação do pensamento e das políticas neoliberais voltadas para "ajustamento econômico" da periferia capitalista e também, é óbvio, da América Latina. Políticas que passaram a fazer parte indissociável das recomendações e das condicionalidades do FMI, do BIRD, etc.

Numa quarta etapa, estas idéias, realmente, dão um salto de qualidade, a partir da derrota ou implosão do mundo comunista. É o momento em que as idéias neoliberais atingem os últimos redutos de resistência, mas é também o momento em que elas se transformam numa espécie de utopia quase religiosa. É neste mesmo momento também, no final dos 80, que com a exceção pioneira do Chile, toda a América Latina e o Brasil, em particular, chegam afinal às praias do neoliberalismo. Por que caminhos chegam os brasileiros e os latino-americanos? Eu diria que por dois caminhos: um econômico e outro político. O caminho econômico foi basicamente o da renegociação das dívidas externas latino-americanas. Fez parte da própria renegociação a aceitação das condicionalidades e das políticas e reformas econômicas de corte liberal. Simultaneamente, assistimos, no plano político propriamente dito, a uma adesão crescente, vertiginosa, talvez porque tardia, no plano ideológico ou no plano pragmático, por parte das elites econômicas e políticas latino-americanas, do novo ideário liberal. Isto, independentemente de quais fossem os passados partidários, ideológicos ou teóricos dos novos dirigentes dos países deste continente.

3 Se foi assim, qual tem sido o impacto destas novas idéias e de suas correspondentes políticas públicas nos países centrais, onde já estão sendo aplicadas há pelo menos 15 anos? Neste ponto, acho que é importante sublinhar que a verdadeira força propulsora e expansiva das novas idéias liberais, evidentemente, não decorreu de sua força ou consistência lógica ou validação científica. A grande força propulsora que levou o neoliberalismo ao mundo inteiro, no meu entender, foi a existência daquilo

que chamei de uma casamento virtuoso ou, pelo menos vitorioso, entre estas idéias e o movimento real do capitalismo na direção de uma desregulação crescente e de uma globalização econômica de natureza basicamente financeira. Sem entender o fato de que o ideário neoliberal, a partir dos anos 80, passou a trafegar colado, associado, acasalado, com o processo material de mudança do capitalismo, já não no plano das idéias, seria difícil de entender, ou avaliar, os resultados ambíguos que estas políticas tiveram nos países centrais. Se quiséssemos avaliar a eficácia da política pública neoliberal nos países originários do neoliberalismo, apenas a partir dos objetivos imediatos e declarados dos governantes destes países, deveríamos reconhecer o seu sucesso. Vivia-se, naquele momento, uma desaceleração da economia capitalista e o caminho que era apregoado como do retorno ao crescimento deveria passar, implacavelmente, segundo os governantes destes países, por um processo de deflação acelerada, isto é, de diminuição da inflação, de aumento acentuado e incentivado dos lucros e de uma diminuição, para usar um eufemismo, da conflitividade sindical, além de uma diminuição dos déficits públicos governamentais e, sempre que possível, de uma privatização ao máximo das empresas públicas. E com relação a estes objetivos devemos reconhecer que as políticas públicas de natureza deflacionista e neoliberal tiveram um relativo sucesso nos países centrais, pois ali, nos anos 80, a inflação diminuiu, os lucros aumentaram vertiginosamente, os déficits públicos diminuíram, o conflito sindical foi desacelerado e os salários foram rebaixados. Neste sentido, em princípio, foram repostas, segundo os formuladores das políticas neoliberais, as condições para a retomada de um crescimento econômica sustentado e "sadio". Mas isto, entretanto, não ocorreu. Pelo contrário, estes mesmos 15 anos de relativo sucesso no controle da inflação, do déficit público, da atividade sindical e do aumento da lucratividade privada, nestes mesmos 15 anos, estes resultados vieram implacavelmente acompanhados de uma prolongada estagnação econômica entremeada de

breves ciclos de crescimento. E o que é pior, as baixas taxas de investimento produtivo do período apontam para uma perspectiva pouco promissora do ponto de vista dinâmico, com relação ao crescimento esperável da economia mundial, até o final deste século, o que tem enorme importância para países como o nosso. E este é um aspecto essencial na avaliação dos impactos de longo prazo das políticas neoliberais que é quase sempre esquecido pelos seus apologetas. Além disso, da queda das taxas de investimento e do crescimento, e apesar do aumento da lucratividade, da baixa dos salários e de uma ampla desregulação, estas mesmas políticas geraram um aumento absolutamente exorbitante das taxas de desemprego médio dos países centrais, que hoje flutuam em torno de 10, 11, 12% ou, em alguns casos, como o da Espanha, que está em torno de 21, 22% e, entre a população jovem espanhola, em torno de 34 e 35% da população situada na faixa de idade entre 15 e 24 anos. Isto tampouco é mencionado, em geral, na avaliação das políticas públicas neoliberais. Simultaneamente, não é dito que, apesar da queda do salários, do empobrecimento absoluto da população e do aumento do desemprego, é exatamente nesta hora que segue sendo proposto o avanço do desmantelamento dos sistemas de proteção social como único caminho possível para aumentar o número dos postos de trabalho, sobretudo no caso dos países europeus. Não sendo de se estranhar portanto que nestes países venha aumentando de forma continuada e geométrica aquilo que a imprensa costuma chamar de "polarização social", o que na prática vai fazendo com que o capitalismo contemporâneo fique cada vez mais parecido, do ponto de vista social, com o retrato que dele fez o velho Marx, já faz tanto tempo.

Talvez por tudo isto os argumentos favoráveis às políticas e reformas liberais tenham mudando um pouco nestes últimos anos. Já não se fala com a mesma convicção que o aumento dos lucros e a diminuição dos salários e dos direitos sociais levará implacavelmente à retomada do crescimento dos investimentos e da economia. Depois de uma década e meia, os lucros cresceram

vertiginosamente, os salários caíram vertiginosamente, a economia está completamente desregulada e não cresce. Mas eles são persistentes. E o argumento mudou. Já hoje, todas aquelas coisas devem seguir sendo feitas a despeito dos seus efeitos perversos por outra razão. Qual é a nova razão? A nova razão é de que no mundo, agora globalizado do ponto de vista financeiro, uma economia nacional que não tenha uma moeda estável e um equilíbrio fiscal garantido e não tenha implementado o 'tripé reformista" siga gozando da credibilidade indispensável junto aos novos "mandarins" do mundo, os mercados financeiros. E neste caso seriam passíveis de uma sanção por parte destes mercados financeiros, o que obriga ou joga os governos na corda, na medida em que eles têm clara consciência de que um ataque especulativo, pelo lado dos mercados financeiros, hoje, seria capaz de destruir um governo e uma economia nacional em muito poucas horas, como vimos no caso mexicano. Vale citar aqui uma entrevista recente de George Soros, o megaespeculador húngaro-norte-americano, que acho de um realismo absoluto sobre o significado político da globalidade financeira para os estados nacionais e suas políticas públicas. Ele diz exatamente o seguinte: "Os mercados hoje votam todos os dias" — ele não está falando de mercados nacionais, está falando de mercados globais e, sobretudo, financeiros —, "os mercados hoje votam todos os dias; eles são os que forçam os Governos a adotar medidas impopulares, mas indispensáveis. Hoje são os mercados que têm o verdadeiro sentido do que seja o Estado". Frase que se combina e complementa de forma extremamente virtuosa com as declarações feitas pelo Ministro de Educação da França durante a greve estudantil de dezembro de 1995. Situado no lado oposto do balcão a George Soros, ele reconhecia que "se eu lhes der mais professores e verbas, que é o que vocês querem, saibam de uma coisa: estarão abalando a credibilidade das contas públicas francesas e, por

conseguinte, a saúde do franco e, por conseguinte, estarão abalando a credibilidade da economia francesa no mundo".

Eis aí descrito, meus caros amigos, em pouquíssimas palavras, o que seja, no meu entender, o verdadeiro círculo de ferro em que estão aprisionadas, neste momento, e eu diria mais, estão aprisionadas e definhando, hoje, as políticas públicas nos países centrais.

4 Passo agora, de forma extremamente rápida, se vocês me permitem, ao quarto tópico de nossa agenda. Se foi assim nos países centrais, como avaliar as perspectivas destas mesmas políticas públicas agora levadas nos nossos países que chegaram tardiamente à nova era liberal conservadora? Aqui, não há como não esquecer uma questão central: a de que nossos países aderiram às novas idéias políticas em grande parte constrangidos por suas dívidas externas, e a partir daí pelas decorrências lógicas dos seus novos planos de estabilização desenhados em torno do modelo originalmente experimentado no México e sustentados na sobrevalorização cambial, nas altas taxas de juros e na abertura cambial. Neste sentido há que se compreender que se transforma numa conseqüência direta e quase inapelável desta opção o fato de que nossos governos nacionais tenham aberto mão de qualquer possibilidade de exercício de uma política macroeconômica, monetária ou fiscal, mais ativa. Em síntese, esta opção estratégica de corte neoliberal já nos retirou — é assunto encerrado, pode ser julgado por uns de maneira positiva, por outros de maneira negativa —, quase todo o espaço de exercício das políticas públicas. Se nós as dividíssemos em três grandes campos, o macroeconômico, o das políticas industriais e o das políticas sociais, poderíamos começar dizendo que o campo macroeconômico já está fora do jogo, não é mais um instrumento do nosso governo, ele é governado por outros fatores e outros poderes. Logo em seguida, a própria opção pela abertura comercial radical e pela sobrevalorização cambial

eliminaram o outro espaço, o das políticas industriais e/ou comerciais, as políticas públicas voltadas para a produção. Na medida em que estes governos não têm controle das tecnologias de ponta e fizeram precipitadamente sua abertura comercial, não lhes resta além disto, como forma de estimular suas exportações, senão o instrumento da desoneração fiscal das exportações. Decisão que, tomada em nome do aumento da nossa competitividade, acaba diminuindo a receita fiscal. Quem pagará a conta deste déficit? Antes que tudo os salários, mas logo em seguida as políticas sociais, uma vez que não se pode mexer na parte financeira da dívida pública, nem tampouco se pode desestimular os exportadores que deveriam ser o carro-chefe do novo modelo econômico cujas palavras mágicas são exatamente estabilidade monetária, equilíbrio fiscal e competitividade global. Não é de se espantar, portanto, que também aqui na América Latina, e logo no Brasil, o sucesso inicial dos novos planos de estabilização tenha sido sucedido pelo aumento do desemprego, a desaceleração de crescimento e o aumento exponencial da dívida pública, apesar da diminuição dos gastos com os salários e com as políticas sociais.

Só que neste nosso mundo que já carrega uma pesada herança de concentração de riqueza e desigualdade social, o que se deve esperar é algo muito pior do que já se viu e está ocorrendo na Europa. Em nosso caso, os chamados "requerimentos da estabilização" deverão permanecer ativos e presentes por uma década, talvez duas, e neste tempo seremos prisioneiros da estabilização e deverá aumentar exponencialmente nossa "dívida social", seja pelo aumento das carências, seja pela diminuição dos recursos disponíveis para fazer política pública de tipo social.

Neste sentido, e finalizando, não se pode deixar, por medo de ser pessimista, de sinalizar que, se nos países centrais as políticas deflacionistas levaram 15 anos e não alcançaram os resultados a que se propunham, nos nossos países

não é de todo errado esperar que se deva contar com períodos de tempo muito mais longos de digestão da nova estratégia neoliberal. Mas isto, como vocês sabem, num país que não apenas dispõe dos mais altos níveis de iniqüidade social do mundo, como também das mais ineficazes redes de solidariedade e proteção social.

Frente a isto, que é que podemos esperar dos nossos atuais governantes? Creio que, num primeiro momento, apelarão, como vêm fazendo, ao poder mágico da nova moeda e das "reformas constitucionais", na verdade e fundamentalmente, uma desconstrução institucional das poucas conquistas sociais dos trabalhadores brasileiros. Junto com isto, nossos governantes deverão seguir propondo a "modernização" da administração das políticas públicas, insistindo em teses e propostas abstratas numa sociedade atravessada pela guerra fiscal, fórmulas tais como: descentralizar, fazer parcerias ou reengenharias, etc, etc. Tudo isto, num quadro carente de recursos e de disputa, a morte entre as várias instâncias do poder do Estado brasileiro só pode soar, na prática, como uma tentativa do Estado de desonerar-se de suas responsabilidades públicas com o seu povo e a sua nação, transferindo-a para atores que não existem ou simplesmente não estão interessados em parcerias ou transferências de responsabilidades.

Neste sentido, concluindo, não posso deixar de dizer a vocês, meus amigos, que tenho hoje uma visão extremamente pessimista sobre o futuro da nossa política pública e, sobretudo, sobre o futuro das nossas políticas sociais. A menos que se constitua no Brasil uma oposição muito resistente e imaginativa, ainda invisível no nosso país, o mais provável, no meu entender, é que, por um longo tempo, neste nosso Brasil, as políticas públicas se transformem numa espécie caricatural de um novo tipo de pastoral social.

SÉRIE: ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TEXTOS

1. APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos, quando entregues ao Depto. de Publicações do Instituto de Medicina Social da UERJ, devem atender às seguintes exigências:

a) estar escritos na língua portuguesa e tratar de temas ligados, preferencialmente, à saúde e políticas públicas e sociais;
b) ser apresentados em disquetes 3½, acompanhados de 3 (três) cópias em papel, tendo sido digitados em *Word for Windows;*
c) constar de no mínimo 20 e no máximo 70 laudas (30 linhas com 70 toques por linha); casos excepcionais serão julgados pela Editoria da Série;
d) estar acompanhados de resumos em português e em inglês, com 100 a 200 palavras cada, e apresentarem um mínimo de três palavras-chave descritoras do conteúdo, também em português e em inglês;
e) estar acompanhados de apresentação dos autores (qualificação profissional e vínculos institucionais);
f) as NOTAS deverão ser apresentadas no pé das páginas e as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS deverão ser apresentadas ao final do artigo, em páginas específicas destinadas a este fim;
g) as NOTAS deverão ser numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos;
h) os GRÁFICOS e TABELAS deverão ser numerados consecutivamente, em algarismos romanos;
i) poderão ser feitas citações no texto, somente indicando o último sobrenome do autor citado, o ano de publicação e página (quando for o caso), entre parênteses. Ex.: (Litton, 1983, p.75);
j) as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS devem ter as indicações necessárias à perfeita identificação das obras, de acordo com as normas da ABNT. Exemplos:

Para livros

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias*: poesia. Organizada por Manuel Bandeira; revisão crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. 11 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 87 p. (Nossos Clássicos, 18)

Para artigos

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Direito de habitação às classes de baixa renda. *Ciência e Trópico*, Recife, v. 11, n.1, p. 71-78, jan./jun. 1983.

Para capítulos de livros

LAYTON, E. Conditions of technological development. In: SPIEGEL, Ina, PRICE, Derek de Solla. *Science, technology and society*; a cross-disciplinary perspective. California, Sage, 1977. p. 197-222.

Para trabalhos publicados em Anais

CORDEIRO, Rosa Inês de N. Descrição e representação de fotografias de cenas e fotogramas de filmes: um esquema de indexação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16. 1991. *Anais*... Salvador: APBEB, 1991. v. 2, p. 1008-1022.

2. INDICAÇÃO E PARECER EDITORIAL

a) os textos, quando de autoria de alunos, deverão estar acompanhados de indicação para publicação, por escrito, emitida por professor do IMS;
b) todos os textos apresentados para publicação serão submetidos a parecer de pelo menos um membro do Conselho Editorial ou de consultor que a Editoria da Série considere oportuno convidar, de acordo com suas especificidades. A indicação apontada no item 2.a) não exclui a emissão do parecer aqui referido.

3. REVISÃO E AJUSTES DOS TEXTOS

a) nos casos de aprovação com ressalvas, os textos serão devolvidos aos autores para revisão e alteração, a serem realizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias;
b) após aprovação para publicação, os textos serão submetidos a profissional qualificado para dar procedimento ao copidesque, que deverá ser revisto pelos autores no prazo máximo de 5 (cinco) dias;
c) os textos alterados ou revisados, devolvidos pelos autores em prazos superiores aos determinados nos itens 3.a) e 3.b), serão publicados de acordo com novo cronograma de produção a ser definido pela Editoria da Série.

4. PRIORIDADE

Será prioritária a publicação de textos de autoria de professores e alunos do Instituto de Medicina Social da UERJ.

5. EXEMPLARES PARA OS AUTORES

Os autores terão direito a 10 (dez) exemplares gratuitos dos números da Série em que constem seus textos.

6. CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelo Editor da Série.